

A Influência de Karl Popper na Psicologia Brasileira: Uma Análise Bibliométrica¹

Saulo de Freitas Araújo²

Universidade Federal de São Carlos

RESUMO - A psicologia atravessa uma profunda crise de identidade. No Brasil, essa situação parece ser ainda mais grave, uma vez que os cursos de graduação tendem a supervalorizar a prática e negligenciar os fundamentos básicos da psicologia. Com isso, cria-se um distanciamento e uma certa tensão entre a ciência e a profissão, pernicioso para a formação profissional do psicólogo. O objetivo do presente trabalho foi investigar a influência do pensamento de Popper na psicologia brasileira, através da análise dos artigos publicados, entre 1986 e 1995, nos *Arquivos Brasileiros de Psicologia* e na *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Entre os principais achados constatou-se um número muito reduzido de artigos com referências a Popper, uma citação superficial de sua obra e uma ausência de discussões sobre as implicações concretas de sua filosofia da ciência para a psicologia. Esses resultados parecem corroborar a hipótese de que há uma carência de discussões metacientíficas na psicologia brasileira.

Palavras-chave: epistemologia; psicologia; Karl Popper.

The Influence of Karl Popper on Brazilian Psychology: A Bibliometrical Analysis

ABSTRACT - Psychology is holding a deep identity crisis. This situation seems to be more serious in Brazil, since graduate courses tend to overestimate practical aspects and neglect the basic foundations of psychology. Thus, it is created a long distance as well as a tension between science and profession which is pernicious to psychologist's professional formation. The main purpose of this study was to investigate the influence of Popper's thought on Brazilian psychology by analysing papers published between 1986 and 1995 in *Arquivos Brasileiros de Psicologia* and *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. The main results were: A very small number of papers with bibliographical references to Popper, a superficial citation of his work and an absence of discussions on the implications of his philosophy of science for psychology. These findings seem to corroborate the hypothesis that there is a lack of metascientific discussions in Brazilian psychology.

Key words: epistemology; psychology; Karl Popper.

Temos presenciado recentemente no Brasil algumas tentativas de redefinição, redimensionamento e demarcação da psicologia, através de encontros promovidos pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Psicologia, envolvendo representantes docentes e discentes das agências formadoras de todo o país. Esses encontros têm dado uma atenção especial à prática profissional da psicologia, tentando adequar o currículo e os estágios às demandas do mercado de trabalho, deixando um pouco de lado, porém, a discussão

relativa a seus fundamentos enquanto ciência. Com isso, ajudam a reforçar a tensão e o perigoso distanciamento entre a ciência e a profissão dentro da psicologia, o que pode levar a uma prática profissional alienada de sua base científica (Schneider, 1990, p. 521).

O que podemos perceber, a partir desses encontros, é que a psicologia no Brasil passa por uma crise profunda, que combina a inadequação de um currículo obsoleto com um corpo docente despreparado, resultando em uma péssima formação profissional. Como consequência direta, assistimos na graduação à falta de discussões básicas acerca dos fundamentos da psicologia e no terreno da prática à indefinição do papel do psicólogo e à inconsistência de sua atuação profissional. Nessa falta de uma demarcação mais precisa da área, as tendências irracionalistas vão ocupando um lugar dentro da área, chegando ao ponto de não serem sequer questionadas. E o que é pior, geram ideologias e tecnologias que passam a ser aceitas sem qualquer prova mais rigorosa de sua fundamentação e validade.

Face a essa situação, algumas questões são importantes. E preciso discutir qual é o significado desta crise e o que pode ser feito, a partir dela, para melhorar a qualidade da

- 1 Este artigo é oriundo de uma pesquisa realizada junto ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação do Prof. Dr. Marcos Emanuel Pereira, como Monografia de Conclusão de Curso. Para fins de publicação, uma boa parte da fundamentação teórica, na introdução, e toda a parte relativa à teoria de Popper, presentes no relatório final, tiveram que ser eliminadas. Sou grato à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo financiamento do projeto, através de uma Bolsa de Iniciação Científica. Agradeço também ao Prof. J. A. D. Abib pelos valiosos comentários e sugestões em relação ao presente artigo.
- 2 Endereço: Universidade Federal de São Carlos - Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências - Rodovia Washington Luiz, Km 235 - Caixa Postal 676 - CEP: 13565-905 - São Carlos - SP.
E-mail do autor: psfa@iris.ufscar.br

formação dos psicólogos no Brasil. Ademais, a que se deve o fato da psicologia atualmente estar sofrendo tantas críticas, sobretudo dentro das próprias instituições responsáveis pela graduação?

Deixando de lado os aspectos regionais dessa crise (problemas sócio-culturais específicos dos países da América Latina), podemos dizer que entre os vários impasses que acompanham a psicologia, desde o momento de sua constituição como ciência independente, talvez o mais importante seja aquele relativo à questão da unidade e da diversidade, que por sua vez está diretamente relacionado com a tensão entre a ciência e a profissão. Será realmente possível sustentar, face à aparente multiplicidade de psicologias, que há uma base comum, uma espécie de psicologia geral, que norteia as aplicações em diferentes campos (Matarazzo, 1987)? Ou que não existe, na verdade, uma desintegração, mas sim uma inevitável e crescente especialização, interpretada positivamente como uma conseqüência do amadurecimento desta ciência e da expansão de suas aplicações (Bower, 1993)? Ou, ainda, que as tendências centralizadoras e descentralizadoras devem ser encaradas, segundo os princípios da dialética, como pólos opostos e permanentemente em tensão, que dão unidade à psicologia (Altman, 1987)? Muito se tem discutido e afirmado em relação a esse assunto, sem que haja qualquer consenso. Entretanto, uma boa parte dos psicólogos parece reconhecer que a psicologia encontra-se em um estado real de fragmentação, embora não haja concordância quanto aos caminhos futuros a serem por ela trilhados. De um lado, alguns autores apontam um princípio ou modelo unificador para a psicologia, seja ele interno ou externo, que em geral não tem obtido uma aceitação muito ampla (Kimble, 1994; Lagache, 1949/1988; Rycklak, 1993; Schneider, 1990; Staats, 1991). De outro, há uma conformidade com a fragmentação e uma tentativa de se mostrar a impossibilidade de qualquer integração para o campo (Figueiredo, 1991; Koch, 1981, 1993; Penna, 1994; Spence, 1987).

De fato, parece difícil negar o atual estado de fragmentação da disciplina³. Entretanto, isso não nos permite concluir pela impossibilidade de uma integração. Talvez fosse mais prudente, antes de propor uma solução, tentar entender primeiro as raízes dessa desintegração. Nesse sentido, não se encontra em nenhuma das propostas anteriores uma tentativa de analisar as causas do fato discutido, uma vez que a justificação dos argumentos gira unicamente em torno da possibilidade ou não da unificação.

Em uma primeira tentativa de compreensão deste fenômeno complexo, que é a desintegração teórica e, conseqüentemente, prática da psicologia, seria oportuno ressaltar que foi mais como profissão e menos como ciência que a psico-

logia alcançou reconhecimento institucional, procurando atrelar suas investigações a demandas sociais específicas (Abib, 1998; Danziger, 1987; Geuter, 1987). Além disso, em que pese um predomínio inicial de um modelo wundtiano de investigação psicológica - voltado para a busca de leis universais dos processos mentais, sem qualquer preocupação de natureza prática - foi sobretudo o modelo galtoniano - caracterizado pela introdução de técnicas estatísticas refinadas, visando à "medição" psicológica e à distribuição de indivíduos em grupos para produzir tecnologias sociais - que veio a exercer um papel dominante no desenvolvimento da psicologia, principalmente nos Estados Unidos (Danziger, 1987). Sendo assim, podemos inferir que o ideal de uma profissão solidamente amparada em uma ciência "pura" nunca foi, no caso da psicologia, efetivamente concretizado. Conseqüentemente, não seria exagero identificarmos aí uma das fontes da dispersão teórica e prática, assim como da tensão existente entre esses dois polos.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Robinson (1979/1982, p. 10) afirma que a psicologia contemporânea, seguindo as mudanças da era em que se encontra, trocou a perspectiva conceitual dos grandes sistemas de pensamento dos séculos passados pelos objetivos técnicos. Com isso, devotou-se a uma aplicação mecânica da técnica, chegando a excluir de seu domínio a avaliação crítica da história das idéias. Portanto, o autor sugere que a solução para a psicologia está no plano teórico, em termos de um posicionamento coerente frente às questões filosóficas básicas e de uma conceitualização rigorosa (1985, cap. 1). Além disso, defende a adoção do modelo hipotético-dedutivo para qualquer ciência em formação, como forma de evitar um descompasso entre raciocínio científico e realizações científicas (1979/1982, p. 21).

Apoiando essas idéias de Robinson, gostaríamos de enfatizar que o grande problema a ser discutido pela psicologia é a falta de uma metateoria bem articulada, que lhe dê organização e sustentação. Em outras palavras, a psicologia precisa de uma metaciência, principalmente no sentido da definição "A" de Radnitzky (1970, p. 11)⁴. Sendo assim, parece sugestiva, pelo menos como um passo inicial, a teoria da ciência proposta pelo filósofo austríaco Karl R. Popper (1902-1994). Apesar de não apresentar uma metaciência propriamente dita, capaz de resolver todos os problemas da

3 Um exemplo bem atual dessa fragmentação teórica da psicologia no Brasil pode ser encontrado em Pereira, Araújo e Vianna (1995, 1996). Trata-se de duas pesquisas realizadas com psicólogos brasileiros sobre questões relativas à metaciência da psicologia - incluindo a definição de psicologia, os referenciais teóricos e os métodos utilizados - que retratam a falta de familiaridade dos entrevistados com discussões acerca dos fundamentos básicos da psicologia.

4 Radnitzky (1970) aponta cinco possibilidades tradicionais de se fazer metaciência: A- um estudo dos aspectos lógicos, semânticos, informativos, teóricos e epistemológicos; B- uma perspectiva histórica da relação entre produção e produto do conhecimento; C- uma ciência da ciência (estudo dos aspectos sociológicos, psicológicos, políticos, etc. de uma determinada ciência); D- um estudo do conjunto homem-ciência-sociedade como um sistema axiotécnico; E- uma análise crítica do significado da ciência para o homem e do seu impacto sobre o futuro (p. 11). No entanto, propõe em seguida um sexto tipo de estudo metacientífico, que tem a finalidade prática de facilitar o desenvolvimento do conhecimento (p. 13). Todas essas abordagens apontadas por Radnitzky podem ser resumidas em duas perspectivas distintas, porém complementares: uma filosofia da ciência e uma ciência da ciência. É no sentido da primeira que utilizamos o termo "metaciência" ao longo de todo o trabalho.

psicologia - o que também seria impossível, em virtude da multiplicidade de aspectos a serem considerados - Popper articula coerentemente elementos essenciais para a constituição de uma perspectiva metacientífica, que estão em acordo com os princípios norteadores da ciência contemporânea: o realismo ontológico e epistemológico; o modelo hipotético-dedutivo; o requisito de coerência lógica entre os enunciados de uma teoria; a idéia de testabilidade empírica como sustentação de teorias; uma metodologia rigorosa; e, acima de tudo, a perspectiva crítica. Entre suas idéias principais estão a crítica à indução como mecanismo de justificação e a sugestão da falseabilidade como critério de demarcação da atividade científica.

O presente trabalho parte do pressuposto de que a filosofia da ciência de Popper tem implicações diretas para a psicologia enquanto ciência. Primeiramente, grande parte das pesquisas psicológicas são desenvolvidas segundo um procedimento indutivo, apesar das ferozes críticas desse filósofo à indução. Em segundo lugar, em consequência do critério de demarcação por ele proposto, seria negado o estatuto de ciência a algumas teorias psicológicas - como por exemplo a psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) e a psicologia individual de Alfred Adler (1870-1937) - só para mencionar duas que foram citadas pelo próprio autor (Popper, 1972/1994, pp. 64-68). Isso ocorreria devido à impossibilidade de se derivar, a partir dos princípios e termos fundamentais que regem tais teorias, circunstâncias que permitissem a sua falsificação. Sendo assim, por adotar a lógica indutiva em suas pesquisas e teorias, e por não apontar situações em que suas proposições possam ser refutadas, a psicologia estaria caminhando na contramão do pensamento de Popper, o que a deixaria, no que concerne à epistemologia e à questão da sua cientificidade, na situação de uma pseudo-ciência.

Considerando então a possibilidade da concepção popperiana de ciência fornecer elementos essenciais para a constituição de uma metaciência da psicologia, pareceu-nos oportuno investigar a influência do pensamento de Popper entre os psicólogos brasileiros que se dedicam à produção acadêmica no Brasil. Face à importância do pensamento de Popper para a ciência contemporânea, seria de se esperar que uma discussão acerca dos fundamentos da psicologia levasse em consideração alguns aspectos de sua filosofia da ciência - mesmo que fosse para criticá-los e propor alternativas. Sendo assim, a ausência de discussões sobre as implicações da epistemologia popperiana para a psicologia poderia ser um indício de que os psicólogos brasileiros não têm se preocupado suficientemente com os fundamentos básicos da sua disciplina.

Metodologia

O objetivo do presente trabalho foi então investigar a influência do pensamento de Karl Popper na produção acadêmica em psicologia no Brasil, no período de 1986 a 1995, através da análise de artigos publicados em periódicos brasileiros de psicologia.

No que diz respeito à orientação metodológica adotada, pareceu-nos lógico aceitar que as referências bibliográficas citadas no final de um trabalho científico podem refletir a sua orientação geral, o nível de aprofundamento do tema e as premissas filosóficas, científicas e ideológicas do autor. O presente trabalho partiu, portanto, da suposição de que é possível determinar a influência do pensamento de Karl Popper na psicologia desenvolvida no Brasil, analisando as referências bibliográficas apresentadas em artigos publicados em periódicos brasileiros de psicologia.

A escolha do período sobre o qual se fundamentou essa análise deveu-se sobretudo à preocupação em fazer um levantamento atual de parte da produção acadêmica em psicologia no Brasil, tendo em vista as já referidas tentativas de redefinição e demarcação da área em nosso país, através de reuniões promovidas pelos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia entre representantes das agências formadoras, nos anos de 1993 e 1994.

No que diz respeito às fontes de investigação, foram selecionados dois periódicos dedicados à psicologia: os *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, inicialmente editado pela Fundação Getúlio Vargas e atualmente pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; e *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, editado pela Universidade de Brasília. Tal seleção atendeu a dois critérios: primeiro, o periódico deveria estar em atividade durante toda a década escolhida, o que acabou levando à eliminação de alguns que se enquadravam apenas parcialmente, ou por terem sido extintos ou por começarem muito recentemente a ser publicados; segundo, o periódico teria que ter um caráter generalista, ou seja, seus artigos deveriam abranger as áreas da psicologia em geral, o que de fato restringiu as possibilidades de escolha, uma vez que muitos periódicos especializados em psicologia no Brasil são específicos a uma determinada área. De qualquer forma, acreditamos que as fontes selecionadas são representativas para nossa análise.

A coleta dos dados foi realizada da seguinte maneira: todos os artigos foram catalogados em várias fichas especialmente criadas para esta pesquisa, que continham colunas a serem preenchidas com o título do artigo, o autor, sua filiação institucional e, no caso de haver referências a Popper, quais eram elas.

Durante toda a fase da coleta de dados - realizada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora e na Biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP-UFRJ) - surgiram dois problemas. Em primeiro lugar, o fascículo número 4, volume 42 (1990), do periódico "Arquivos Brasileiros de Psicologia" não pôde ser localizado nem na sua própria instituição de origem. Pelas informações obtidas junto à biblioteca do próprio IP-UFRJ, esse número parece não ter sido publicado. Em segundo lugar, o fascículo número 3, volume 11 (1995) do periódico "Psicologia: Teoria e Pesquisa" não tinha sido ainda publicado até o momento da conclusão desse período de coleta dos dados.

Após esse levantamento inicial de todos os artigos publicados no período investigado, foi desenvolvida uma análise

de conteúdo - baseada nos princípios de Bardin (1977/1990) - apenas nos artigos que trouxeram referências a Popper. Tomou-se aqui como base o pressuposto de que se um artigo não apresentasse o nome de Popper em suas referências bibliográficas, não teria provavelmente qualquer relação direta com a sua filosofia da ciência.

Resultados

Na coleta de dados, que envolveu 10 anos de publicação dos dois periódicos selecionados, foram catalogados ao todo 577 artigos (308 dos *Arquivos Brasileiros de Psicologia* e 269 da *Psicologia: Teoria e Pesquisa*), dos quais apenas 12 (10 e 2, respectivamente) - o que corresponde a 2,08 % desses artigos - trouxeram referências a Popper. Na Figura 1, pode-se observar a distribuição dessas referências durante o período investigado. O eixo vertical representa o número de artigos, em cada ano, com referências a Popper. Os anos nos quais apareceram publicados mais artigos com citações da obra de Popper foram 1986, 1992, 1993 e 1995, todos com 2 artigos. Os anos de 1987, 1988, 1990 e 1991 tiveram somente um artigo publicado. Por fim, nenhum artigo foi publicado nos anos de 1989 e 1994.

Seguindo uma ordem cronológica, os 12 artigos encontrados com referências à obra de Popper foram os seguintes:

- 1) "Sistemas Autogênicos Não-Ordinários e Sua Possível Implicação Epistemológica para a Interação nos Sistemas Humanos", de U. Maluf (1 ref., Arq. Bras. Psic, 38 (1), 20-38, 1986);
- 2) "O Problema do Método: Limite ou Expansão em Ciências Humanas", de F. Seminário (2 ref., Arq. Bras. Psic, 38(2), 3-17, 1986);
- 3) "Razão e Intuição", de A. Penna (1 ref., Arq. Bras. Psic, 39(3), 36-43, 1987);
- 4) "Notas Sobre os Fundamentos do Behaviorismo", de J. Abreu (1 ref., Psic. Teor. Pesq., 4(2), 129-136, 1988);
- 5) "De Freud a Piaget: Algumas Considerações Acerca da Noção de Subjetividade", de J. Corrêa (1 ref., Arq. Bras. Psic, 42(3), 58-65, 1990);

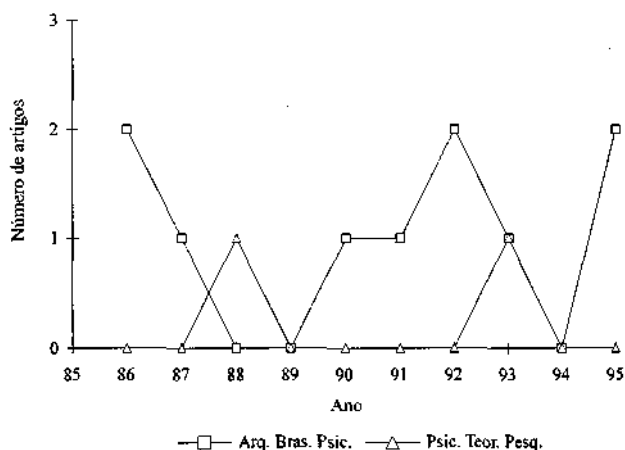


Figura 1. Número de artigos que trazem referências a Popper em cada ano do período estudado

- 6) "El Jolgorio Maniqueo por el Velório del Socialismo y la Universalización del Capitalismo", de A. Rodriguez Kauth (1 ref., Arq. Bras. Psic, 43(1/2), 98-106, 1991);
- 7) "Psicologia: Ciência ou Técnica Ideológica?", de F. Seminário (1 ref., Arq. Bras. Psic, 44(3/4), 3-12, 1992);
- 8) "Racionalismo e Irracionalismo na Ciência e na Inteligência Artificial", de J. Raymundo (2 ref., Arq. Bras. Psic, 44(3/4), 13-25, 1992);
- 9) "Repensando a Psicologia", de A. Penna (1 ref., Arq. Bras. Psic, 45(1/2), 16-41, 1993);
- 10) "A Psicologia é Ciência? Ciência é a Articulação de Discursos da Filosofia, da História da Ciência e da Psicologia", de J. Abib (3 ref., Psic. Teor. Pesq., 9(3), 465-486, 1993);
- 11) "Ensino e Pesquisa: Algumas Considerações Cognitivas", de H. Krüger (1 ref., Arq. Bras. Psic, 47(2), 18-25, 1995) e
- 12) "Aspectos Morais da Pesquisa Científica", também de H. Krüger (1 ref., Arq. Bras. Psic, 47(3), 31-38, 1995).

Nos 12 artigos acima mencionados foram encontradas no total 16 referências às obras de Popper - das quais apenas duas foram originais - com uma média de 1,33 citação por artigo. Pode-se observar, na Tabela 1, quais as obras citadas em cada um dos artigos e o número de vezes que cada uma delas foi citada. Assim, aparece em primeiro lugar o livro *A Lógica da Pesquisa Científica* (LPC)⁵, com 4 citações. Em seguida, aparecem os livros *Conjecturas e Refutações* (CR) e *A Miséria do Historicismo* (MH), com 3 referências cada. Em terceiro lugar está *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* (SAI), com 2 menções. Por último, *O Eu e Seu Cérebro* (EC), *O Universo Aberto* (UA), *Die Zukunft ist offen* (ZO) e *A Ciência Normal e Seus Perigos* (CNP) foram citados apenas uma vez cada.

Respeitando a hierarquia das obras citadas de Popper, juntamente com sua cronologia, podemos notar que a primeira das quatro referências à *A Lógica da Pesquisa Científica* apareceu no artigo 2, onde o autor discute a questão da pluralidade metodológica nas ciências humanas. Nesse caso, Popper é citado apenas como uma referência histórica, na medida em que é visto pelo autor como o responsável pela revolução epistemológica iniciada a partir de 1935 e desenvolvida progressivamente por Kuhn e Lakatos, culminando com o anarquismo epistemológico proposto por Feyerabend. Portanto, o que é discutido e defendido pelo autor, sem qualquer envolvimento direto de Popper, é a pluralidade metodológica proposta por Feyerabend.

- 5 Durante a coleta de dados, observamos que algumas edições das obras de Popper foram citadas em outra língua, como o espanhol, o inglês e o alemão. No entanto, ao longo da descrição e da análise dos dados, vamos nos referir sempre ao título das obras em português, a menos que não haja uma edição em língua portuguesa da mesma. Isso parece não prejudicar em nada a nossa análise, tendo em vista as enormes semelhanças entre as várias edições de uma mesma obra de Popper. Sendo assim, o único livro de Popper que aparece nesses artigos e que não possui tradução para o português é *Die Zukunft ist offen*, escrito em parceria com o etólogo Konrad Lorenz (1903-1989). Portanto, esse livro aparecerá sempre com o título original.

Tabela 1. Distribuição das obras de Popper citadas em cada um dos 12 artigos

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
LPC		x		x	x					x			4
CR		x						x		x			3
MH							x		x			x	3
SAI			x			x							2
EC	x												1
UA								x					1
ZO											x		1
CNP										x			1

No artigo 4, onde aparece novamente uma referência à *LPC*, a autora enfatiza a contribuição de diversos autores que influenciaram a filosofia behaviorista, sendo Popper um deles. Nesse sentido, a autora ressalta a crítica de Popper ao indutivismo como método de justificação de hipóteses ou teorias, a proposta do método hipotético-dedutivo como alternativa e a falseabilidade como critério de demarcação do discurso científico. Em suma, ela refere-se, brevemente, a três dos principais pontos da epistemologia popperiana.

A terceira referência à *LPC* aparece no artigo 5, em que a autora discute a possibilidade de uma compatibilização entre as teorias de Freud (psicanálise) e Piaget (epistemologia genética), freqüentemente anunciada na área da psicopedagogia. Também neste caso, a referência a Popper é feita somente na parte introdutória do artigo, onde ele é lembrado, ao lado de Lakatos e de Bunge, como um dos autores que defenderam o critério de consistência interna como uma das regras de legitimação de teorias científicas. Na discussão principal, porém, não há qualquer menção ao nome ou à obra de Popper.

No artigo 10, encontra-se a última referência à *LPC*. Nele, o autor analisa o fato de que a psicologia fundamenta discursos sobre a ciência, ao mesmo tempo em que sua cientificidade é questionada pela filosofia da ciência. Nessa discussão, ele cita Popper para exemplificar uma das abordagens historiográficas da ciência, que vê a história da ciência como uma reconstrução do seu objeto, a partir de critérios estabelecidos por uma filosofia da ciência, que deve apresentar uma definição de ciência. Assim, ele ressalta o critério de cientificidade proposto por Popper, que além de funcionar como demarcação do discurso científico, pode orientar a reconstrução da história da ciência. Contudo, apesar de uma referência mais extensa a Popper, ele não é inserido na argumentação central do autor.

O livro *Conjecturas e Refutações* foi citado três vezes. No entanto, no artigo 2, onde aparece pela primeira vez, ele só consta nas referências bibliográficas ao final do artigo, sem que haja qualquer menção a ele no corpo do texto. Portanto, não está explícito o contexto em que essa referência se insere.

No artigo 8, localiza-se a segunda referência à *CR*. Trata-se de um artigo onde o autor discute o problema do racionalismo e do irracionalismo na ciência, dando uma atenção especial ao movimento cognitivista. Popper é aí caracterizado como defensor de um racionalismo, cujo objetivo

principal é assegurar a liberdade da crítica e impedir o apelo à violência e a atitude dogmática, construindo assim uma sociedade democrática e aberta.

A última menção ao livro *CR* aparece no artigo 10, juntamente com a já descrita citação de *LPC*. Dando continuidade àquela caracterização do critério popperiano de cientificidade, o autor refere-se a Popper para exemplificar que, de acordo com esse critério, a psicanálise não seria aceita como ciência, uma vez que seus enunciados não podem ser logicamente falsificáveis. Após essa ilustração, o autor comenta como esse critério serviria de base para uma historiografia da ciência.

O livro *A Miséria do Historicismo* também foi citado três vezes, sendo a primeira delas no artigo 7, onde discute-se o problema da cientificidade da psicologia e sua neutralidade perante seu objeto, tendo em vista a controvérsia entre os que defendem princípios universais da mente humana e os que consideram o homem um ser histórico. Nesse caso, Popper é citado, sem maiores detalhes, ao final do artigo, apenas como um crítico do historicismo.

A segunda referência à *MH* encontra-se no artigo 9. Nele, o autor analisa a identidade da psicologia, mostrando em termos históricos sua dispersão teórica, bem como o conflito entre a psicologia e a psicanálise. Ao lado de Max Weber, Popper é aqui citado novamente de passagem, como um dos críticos do historicismo, defendendo a impossibilidade de haver uma predição segura de eventos históricos.

A última menção à *MH* foi feita no artigo 12, onde o autor analisa a relação entre questões morais e a atividade científica. Na parte em que ele admite a possibilidade da ciência e da tecnologia serem colocadas a serviço de utopias sociais, Popper é mais uma vez citado como crítico das explicações historicistas, que seriam uma das fontes daquelas utopias. Entretanto, a referência é apenas um detalhe, sem maiores implicações para a argumentação principal do autor.

O livro *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* foi citado duas vezes, sendo que a primeira delas ocorreu no artigo 3. Nele, o autor aborda dois tipos de conhecimento - o racional e o intuitivo ou instintivo. Popper é citado durante todo o artigo como o representante ou defensor da razão e da atitude racional, em contraposição ao irracionalismo de Nietzsche, que descarta a razão e defende a possibilidade de uma intuição intelectual das essências. No parágrafo final, o autor sugere a importância do pensamento artístico e intuitivo para a psicologia humanista.

Uma segunda referência à *SAI* foi encontrada no artigo 6, onde o autor faz uma análise psicossocial dos fatos políticos ocorridos nos últimos anos no leste europeu, criticando a idéia do fim da história e da universalização do capitalismo como o único modelo possível de relações econômicas e sociais. Nesse sentido, o autor cita Popper como um anti-historicista, que teve suas teses utilizadas como argumento contra o materialismo histórico.

O livro *O Eu e Seu Cérebro* foi citado apenas uma vez, no artigo 1. O autor critica o conceito de interação e afirma que quando ele é utilizado em sistemas humanos, em espe-

ciai na psicologia, ele está vinculado à concepção fisicalista. É proposta então uma nova classe de sistemas - os autogênicos não-ordinários - como alternativa conceitual para os sistemas humanos. Popper é citado aqui como um representante contemporâneo do interacionismo, no que diz respeito à relação mente-cérebro.

O livro *O Universo Aberto* também só teve uma citação, que apareceu no artigo 8, já comentado anteriormente. Tendo mostrado ao longo do artigo os erros cometidos pelo racionalismo clássico ao ignorar os aspectos irracionais, o autor cita Popper, ao lado de Bachelard, como um defensor da razão aberta, que dialoga com o irracional, na tentativa de racionalizá-lo e, assim, preservar a democracia.

A única referência à *Die Zukunft ist offen* localiza-se no artigo 11, onde o autor tece algumas considerações de caráter histórico sobre a pesquisa científica, até chegar à caracterização de seis variáveis psicológicas envolvidas naquele processo. Nesse sentido, Popper é citado brevemente, juntamente com Lorenz, como um dos defensores do papel decisivo que a curiosidade intelectual - uma das seis variáveis - desempenha nas condutas científicas.

Por fim, há também apenas uma única referência à *A Ciência Normal e Seus Perigos*, encontrada no artigo 10 - o único que apresenta três obras de Popper nas referências bibliográficas. Desta vez, Popper é citado, juntamente com Canguilhem e com Granger, como crítico de Kuhn, que defende outro modelo para a história da ciência, enfatizando o irracionalismo e o relativismo no âmbito científico.

Esses foram os contextos nos quais apareceram todas as referências explícitas às obras de Popper. Contudo, como já foi dito anteriormente, a preocupação aqui foi somente com a simples descrição dos mesmos, sem qualquer tentativa de aprofundamento das relações entre eles. Essa busca de articulações entre as citações e os contextos será realizada a seguir.

Discussão

Em um artigo publicado em 1988, no periódico americano de psicologia *Journal of Mind and Behavior*, Coleman e Salamon (conforme citado por O'Donohue, 1993, p. 267) apresentaram um levantamento da influência de Thomas Kuhn na psicologia norte-americana, durante um período de 15 anos (1969-1983), utilizando também uma técnica bibliométrica. Os autores constataram que Kuhn foi o autor mais citado no período e que suas propostas tiveram uma aceitação espantosa entre os psicólogos americanos. No entanto, analisando mais detalhadamente a relação entre as referências e seus respectivos contextos, eles chegaram a algumas conclusões bastante esclarecedoras, no que diz respeito ao uso inadequado da obra de Kuhn por parte daqueles psicólogos. As citações mostraram-se superficiais, os trabalhos de Kuhn posteriores à primeira edição de *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962) praticamente não foram levados em consideração - o que demonstra uma falta de familiaridade por parte dos psicólogos com as modificações por ele introduzidas nas suas concepções - e não houve nem uma discussão das implicações da filosofia da ciência kuhniana para a psicologia. Em suma, as

análises de Coleman e Salamon, juntamente com as críticas posteriores de O'Donohue, tornam aceitável a inferência de que, ainda hoje, a utilização das idéias de Kuhn na psicologia ocorre de uma forma superficial e acrítica.

Levando em consideração a pertinência da pesquisa de Coleman e Salamon para o nosso estudo, pareceu-nos sensato adotar alguns dos seus critérios para a análise dos dados, especialmente o grau de profundidade em que Popper é citado nos artigos e a existência de discussões sobre as implicações de sua filosofia da ciência para a psicologia.

Um dos indicadores que parecem retratar a profundidade com que um determinado autor é utilizado em um texto é a sua posição central ou marginal na argumentação principal. Um artigo no qual a referência àquele autor seja apenas um detalhe em relação ao corpo do texto estará certamente citando-o superficialmente. Por outro lado, espera-se que um autor que faça parte do argumento fundamental do texto seja discutido com profundidade. Nesse sentido, constatou-se que Popper foi inserido na idéia básica do autor em apenas dois dos doze artigos, fato esse que restringiu a análise detalhada das relações entre citações e contextos a esses dois artigos. No primeiro, o de número 3, o autor utiliza longas transcrições do livro *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos* para ilustrar o que entende por conhecimento racional. A intenção do autor é caracterizar também a abordagem intuitiva ou irracional do conhecimento, servindo-se para tanto do pensamento de Nietzsche. Portanto, Popper e Nietzsche dividem a cena principal. Não obstante, em que pese os longos trechos citados, não há uma discussão propriamente dita das concepções popperianas. O propósito do autor parece ser muito mais o de descrever e caracterizar a posição de Popper do que o de discuti-la. Ademais, todas as transcrições referem-se apenas a um único livro, apesar do tema em pauta estar presente em várias outras obras de Popper. E no último parágrafo, quando o autor insere a psicologia na discussão, ele refere-se apenas à contribuição do pensamento artístico e intuitivo para a psicologia humanista, sem qualquer menção às implicações do racionalismo popperiano (racionalismo crítico) para a psicologia.

O segundo artigo em que Popper participa do argumento principal é o de número 4, onde a autora discute os fundamentos do behaviorismo. Vale ressaltar que esse é o único dos doze artigos em que há pelo menos uma breve indicação de uma possível implicação de alguns aspectos da epistemologia popperiana para a psicologia, no caso em questão para o behaviorismo. Nesse sentido, Popper é visto, ao lado de Galileu, Carnap e Hume, como um dos diversos autores que influenciaram a filosofia behaviorista. A autora menciona então como contribuições substanciais o método dedutivo de testagem e prova de teorias e a falseabilidade como critério de demarcação do discurso científico, recorrendo também a uma única referência bibliográfica, a saber, *A Lógica da Pesquisa Científica*.

A proposta da autora nos chamou a atenção em dois aspectos: primeiro, por ter sido a única menção existente, em todo o período investigado, a uma relação direta entre Popper e a psicologia; segundo, por uma possível inadequação do

contexto no qual Popper está inserido. Primeiramente, o behaviorismo nunca foi um movimento unificado e sempre se caracterizou por disputas principalmente metateóricas, envolvendo diferentes escolas behavioristas (Leahey, 1992, p. 313) - fato esse reconhecido pela autora quando diferencia os vários significados daquele termo. Conseqüentemente, seria plausível que a influência de Popper não ocorresse em todas aquelas escolas, mas somente em uma ou duas delas. No entanto, como não há no texto qualquer especificação de quais seriam as correntes behavioristas diretamente influenciadas por aqueles aspectos da filosofia da ciência popperiana, somos levados a crer que ele teria influenciado todo o movimento behaviorista. Esse é o ponto que, a nosso ver, merece discussão. Ao invés de ser encarada como uma orientação geral do movimento behaviorista, a adoção do modelo hipotético-dedutivo como forma de propor e submeter teorias a testes deveria ser considerada uma exceção, reservada talvez apenas ao sistema proposto por Clark Hull (1884-1952), que procurou biologizar o conceito de reforço, recorrendo a noções homeostáticas (Robinson, 1979/1982, cap. 3). No caso de outros behavioristas, como, por exemplo, B. F. Skinner (1904-1990) - talvez o mais influente de todos os behavioristas e aquele que mereceu uma ênfase especial no artigo - não há elementos dedutivos, uma vez que as generalizações são apenas uma coleção de relações funcionais entre variáveis independentes (medidas do ambiente) e dependentes (medidas do comportamento), puramente descritivas, tendo em vista "as sanções oficiais contra a teorização biológica e cognitiva" (Robinson, op. cit., p. 110).

Diretamente relacionado ao método dedutivo de provas, está o critério de demarcação popperiano. Ora, a falseabilidade depende, antes de mais nada, da caracterização formal da teoria em questão, que envolve a derivação lógica de enunciados a partir dos axiomas. Em outras palavras, a falsificação só pode ocorrer em um sistema dedutivo, que permita as imprescindíveis derivações lógicas de proposições. Logo, como o critério de demarcação de Popper poderia influenciar um movimento avesso à teorização formal e rigorosa? Não há no texto qualquer exemplo concreto de uma utilização desses dois aspectos da epistemologia popperiana pelos behavioristas.

Um último ponto parece reforçar ainda mais a inadequação contextual do pensamento popperiano. Como a filosofia da ciência de Popper forma um todo coerentemente articulado, não podemos esquecer as implicações da sua teoria do conhecimento para a sua metodologia e a flagrante incompatibilidade existente entre a sua concepção - claramente racionalista e anti-behaviorista - e a de Skinner - nitidamente empirista. O modelo hipotético-dedutivo parece estar mais próximo de uma perspectiva racionalista, onde a aquisição de conhecimento tem um caráter ativo, do que de uma abordagem empirista, onde o sujeito assume um papel mais passivo. Por todas as razões acima apontadas, consideramos que Popper não poderia ter exercido uma influência substancial sobre o behaviorismo.

Uma outra inadequação parece estar presente no artigo 6. Contudo, não se trata aqui de um problema de contextuali-

zação equivocada - como o caso anteriormente mencionado - mas sim de um grave erro conceitual relativo à filosofia de Popper. A idéia central do autor é criticar a concepção de que o capitalismo é a única forma possível das pessoas relacionarem-se econômica e socialmente e de que a história chegou ao fim, com os acontecimentos sócio-políticos ocorridos recentemente no leste europeu. Assim, ele refere-se, no início do artigo, às teses anti-historicistas de Popper (*A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*), utilizadas como argumento contra o materialismo histórico. Entretanto, ao final do texto, o autor inexplicavelmente acusa Popper de ser um historicista, sem apontar qualquer referência concreta de sua obra a que isto se aplicaria. Escreve ele:

...nos vemos obrigados a assinalar que o próprio Popper cai facilmente em uma posição historicista quando em seus livros sobre metodologia da ciência e a filosofia da ciência pretende fixar os limites do método científico e da ciência dentro dos quadros do conhecimento proposto por ele. (tradução minha, Rodriguez Kauth, 1991, p. 104)

Ora, antes de mais nada, isso equivale a dizer que Popper adota uma postura autoritária e totalitarista, o que não parece corresponder à verdade. Popper nunca assumiu uma posição dogmática diante de suas propostas filosóficas e metodológicas, estando sempre aberto a discussões e acreditando no poder da argumentação crítica. Isso fica claro nas seguintes passagens de sua primeira obra: "As regras metodológicas são aqui vistas como *convenções*. Poderiam ser apresentadas como regras do jogo da ciência empírica." (Popper, 1993, p. 55);

... a formulação e a aceitação dessas regras ocorre de acordo com uma regra prática de tipo mais elevado... O único motivo que tenho para propor meu critério de demarcação é o de ele ser proveitoso: com seu auxílio, muitas questões podem ser esclarecidas e explicadas.(p. 57)

Em segundo lugar, o termo "historicismo" não parece ser apropriado para o âmbito da metodologia científica. Ao contrário, seu uso deveria limitar-se às discussões acerca das ideologias sociais e das profecias históricas (cf. Popper, 1994, cap. 16), ao menos enquanto se tratar de Popper. Consideramos a acusação do autor, portanto, um desvirtuamento conceitual e uma incompreensão da filosofia popperiana.

Retomando a questão da profundidade com que Popper foi tratado nos artigos, outros indicadores parecem apoiar a suposição de que ele foi de fato mencionado muito superficialmente. Apenas em três dos doze artigos foram citadas mais de uma obra de Popper. Isso ocorreu nos artigos 2 (2 ref.), 8 (2 ref.) e 10 (3 ref.). Entretanto, mesmo nesses casos, a utilização de Popper foi superficial, como pode ser visto na seção anterior. Além disso, nenhum dos títulos dos artigos trouxe o nome de Popper ou qualquer indicação de que o objetivo principal do artigo relacionava-se ao projeto metacientífico de Popper.

Como último critério de nossa análise, foi possível notar que em nenhum dos artigos foram analisadas concretamente as implicações da filosofia da ciência popperiana para a psicologia. Esse fato, juntamente com a referida superficia-

lidade das citações, pode significar uma certa dificuldade de se recorrer profundamente a Popper para analisar a psicologia. Entretanto, mesmo se for esse o caso, não devemos nos esquecer que a proposta de Popper tem um caráter normativo e não descritivo, como em Kuhn (1970/1992).

Finalmente, gostaríamos de registrar a precariedade do material catalogado, no que diz respeito ao conteúdo relativo ao tema pesquisado. Apesar da investigação ter incluído dois periódicos bastante representativos da produção acadêmica em psicologia no Brasil e abrangido um período de dez anos, não foi possível efetuar uma análise mais detalhada dos artigos, principalmente em função da superficialidade com que Popper foi utilizado. Isso nos levou a crer que não há mais elementos a considerar nos respectivos contextos, além daqueles já referidos anteriormente.

Conclusões

De acordo com a nossa suposição inicial, a ausência, nos artigos analisados, de discussões sobre as implicações da filosofia da ciência de Popper para a psicologia parece indicar um fenômeno mais amplo: a carência de discussões metacientíficas em geral, por parte dos psicólogos brasileiros. Essa hipótese seria facilmente refutada, caso houvesse um número razoável de artigos que tratassem das relações entre a psicologia e a metaciência, levando em consideração outros autores ou orientações diversas daquela adotada por Popper. Mesmo nesse caso, julgaríamos estranha a não inclusão de Popper em tais contextos, em função da importância de sua obra para epistemologia contemporânea. Acontece que, a partir da catalogação dos 577 artigos e da leitura de todos os resumos, não foi possível constatar a existência de tal situação.

Devemos considerar, ainda, a possibilidade de nossa hipótese não poder ser extrapolada para períodos anteriores ou posteriores ao da análise, em vista de nossos achados refletirem apenas uma tendência de um curto período da história da psicologia no Brasil. Esse problema pode ser resolvido através de novas pesquisas, que envolvam outras épocas e/ou outras fontes de investigação, para que os resultados possam ser confrontados com os nossos. Ademais, as futuras pesquisas devem procurar outros indicadores, além das referências bibliográficas, que possam traduzir com fidelidade a atitude que os psicólogos adotam em relação a questões metacientíficas.

Em uma perspectiva mais abrangente, levando em consideração a legitimidade de nossa inferência, os resultados obtidos neste trabalho reforçam as conclusões de duas pesquisas anteriormente realizadas sobre o tema em questão (Pereira e cols., 1995, 1996). Em ambas concluiu-se que, em geral, os psicólogos brasileiros mantêm uma relação extremamente tímida com o conhecimento metacientífico, chegando a ignorar por completo os vínculos existentes entre a prática profissional e a adoção - implícita ou explícita - de princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos. Isso traz, a nosso ver, conseqüências desastrosas tanto para o âmbito acadêmico quanto para a prática profissional. De

um lado, observamos nas instituições responsáveis pela graduação a reprodução acrítica de ideologias anticientíficas (a psicologia não deve ser uma ciência e sim um estudo da alma), avessas a qualquer tentativa de uma conceitualização mais rigorosa e favoráveis ao "vale tudo" epistemológico (todas as teorias e técnicas são válidas), que é uma das formas de camuflar a inconsistência lógica das pseudoteorias e de evitar o debate racional. Desse modo, cultua-se a propagação de discursos sedutores (a psicologia é da ordem da consciência e adaptativa; a psicanálise é libertadora e é da ordem do inconsciente), carregados de metáforas e expressões obscuras (a psicanálise é um saber que não se sabe), muitas vezes ininteligíveis, que fazem apelo à fé e não à razão. Como há a adoção de um completo subjetivismo e uma recusa explícita a avaliar objetivamente essas doutrinas, é natural que diferentes pessoas legitimem subjetivamente diferentes crenças, o que ocasiona o surgimento de uma pluralidade de fantasias insensatas, que nunca são submetidas a uma severa crítica por parte de seus defensores. Assiste-se, então, nos cursos de psicologia a confrontos entre representantes de diversas "sociedades secretas", marcados por defesas emocionais e ofensas pessoais ao invés da argumentação racional.

De outro lado, flagramos um predomínio quase exclusivo da área clínica - com ênfase no modelo tradicional do consultório - que parece refletir muito mais um interesse particular de alguns professores em perpetuar um mercado rentável porém sujeito à extinção (grupos de estudo, análise pessoal, supervisão, etc.) do que uma atitude baseada em reflexões profundas sobre a adequação, a eficácia e o alcance real de tais práticas. Não é de se estranhar que uma das características essenciais daquelas "sociedades" seja o isolamento quase total e a impermeabilidade à discussão crítica de seus próprios fundamentos e às novidades científicas. Ou seja, o propósito intelectual (formular, testar e corrigir teorias) torna-se secundário em relação ao objetivo prático (influenciar pessoas, fundar instituições lucrativas). Em suma, todos os fatores acima apontados parecem ser diretamente responsáveis pela precariedade em que se encontra a formação do psicólogo em nosso país, demonstrada naquelas pesquisas.

Finalmente, como medida de precaução, devemos tomar o cuidado de não elevarmos a metaciência à condição de uma panacéia para a psicologia, fato esse que representaria um grave erro de avaliação e fugiria totalmente dos propósitos metacientíficos. Entretanto, acreditamos que as discussões metacientíficas constituem um passo inicial e fundamental para a constituição de uma ciência e de uma profissão articuladas e, sobretudo, sustentáveis. Nesse sentido, a inclusão de temas metacientíficos ao longo de toda a graduação seria uma forma de suprir algumas lacunas na atualmente precária formação do psicólogo brasileiro.

Referências

- Abib, J.A.D. (1998). Virada social na historiografia da psicologia e independência institucional da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 14(1), 77-84.

- Altman, I. (1987). Centripetal and centrifugal trends in psychology. *American Psychologist*, 42, 1058-1069.
- Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. (L.A. Reto & A. Pinheiro, Trads.) Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1990)
- Bower, G.H. (1993). The fragmentation of psychology? *American Psychologist*, 48, 905-907
- Danziger, K. (1987). Social context and investigative practice in early twentieth-century psychology. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 13-33). Cambridge: Cambridge University Press.
- Figueiredo, L.C. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Geuter, U. (1987). German psychology during the nazi period. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 165-187). Cambridge: Cambridge University Press.
- Kimble, G.A. (1994). A frame of reference for psychology. *American Psychologist*, 49, 510-519.
- Koch, S. (1981). The nature and limits of psychological knowledge. *American Psychologist*, 36, 257-269.
- Koch, S. (1993). "Psychology" or "the psychological studies"? *American Psychologist*, 48, 902-904.
- Kuhn, T.S. (1992). *A estrutura das revoluções científicas*. (B.V. Boeira & N. Boeira, Trads.) São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1970)
- Lagache, D. (1988). *A unidade da psicologia*. (C. Felgueiras, Trad.) Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1949)
- Leahey, T.H. (1992). The mythical revolutions of american psychology. *American Psychologist*, 47, 08-318.
- Matarazzo, J.D. (1987). There is only one psychology, no specialties, but many applications. *American Psychologist*, 42, 893-903.
- O'Donohue, W. (1993). The spell of Kuhn on psychology: an exegetical elixir. *Philosophical Psychology*, 6, 267-287.
- Penna, A.G. (1994). A dispersão do pensamento psicológico e a impossibilidade de sua unificação. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 46(1/2), 13-34.
- Pereira, M.E., Araújo, S.F. & Vianna, S. (1995). *Crenças e opiniões de pesquisadores e profissionais da área de psicologia sobre temas de metaciência da psicologia*, (relatório de pesquisa apresentado ao CNPq)
- Pereira, M.E., Araújo, S.F. & Vianna, S. (1996). *Crenças de psicólogos sobre algumas questões metacientíficas: um estudo qualitativo*, (relatório de pesquisa apresentado ao CNPq)
- Popper, K.R. (1993). *A lógica da pesquisa científica*. (L. Hegenberg & O.S. Mota, Trads.) São Paulo: Cultrix. (Trabalho original publicado em 1972)
- Popper, K.R. (1994). *Conjecturas e refutações*. (S. Bath, Trad.) Brasília: EDUNB. (Trabalho original publicado em 1972)
- Radnitzky, G. (1970). *Escolas contemporâneas de metaciência*. (M.H.S. Reis, Trad.) Lund (Suécia): Berlingska Boktryckeriet.
- Robinson, D.N. (1982). *Sistemas psicológicos do nosso tempo: um esboço crítico*. (V. Ribeiro, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar. (Trabalho original publicado em 1979).
- Robinson, D.N. (1985). *Philosophy of psychology*. New York: Columbia University Press.
- Rodriguez Kauth, A. (1991). El jolgorio maniqueo por el velorio del socialismo y la universalización del capitalismo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 43 (1/2), 98-106.
- Rychlak, J.F. (1993). A suggested principle of complementarity for psychology. *American Psychologist*, 48, 933-942.
- Schneider, S.F. (1990). Psychology at a crossroads. *American Psychologist*, 45, 521-529.
- Spence, J.T (1987). Centrifugal versus centripetal tendencies in psychology. *American Psychologist*, 42, 1052-1054.
- Staats, A.W. (1991). Unified positivism and unification psychology. *American Psychologist*, 46, 899-912.

Recebido em 22.12.1998

Primeira decisão editorial em 03.03.1999

Versão final em 29.03.1999

Aceito em 15.04.1999 ■